

Museu e educação – o programa educacional do Museu da Baronesa

Carla Gastaud

Nossa época assiste ao incremento da criação de museus, à patrimonialização de elementos urbanos os mais diversos, ao inventário de saberes e fazeres, enfim, a uma crescente valorização do que denominamos Patrimônio Cultural. No caso dos museus, é insuficiente que um museu exista apenas por suas coleções, como um lugar de guardar, da mesma forma que é insuficiente preservar o patrimônio cultural sem que essa preservação tenha um sentido para as populações envolvidas. Um modo de tornar um museu mais do que um cofre para coleções mais ou menos importantes é a educação patrimonial, que é também o modo de aliar a preservação do patrimônio aos interesses da população.

No Museu da Baronesa em Pelotas, RS, desenvolveu-se nos últimos dois anos (2003/2004) um programa educativo dirigido aos alunos das escolas das redes públicas de ensino que obteve resultados muito bons. Esse programa e os seus resultados são o objeto desse trabalho.

Existe hoje um certo consenso sobre a necessidade de práticas de educação patrimonial, considera-se que “(o) conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania”¹. O museu, espaço não formal de educação, via de regra é tratado como uma “ilustração” para o que foi estudado em sala de aula ou como via subsidiária de informação ou, ainda, como um passeio que se justifica por si só. A experiência no Museu da Baronesa - e é um relato comum aos museus - mostrou que, se a visita não

tiver uma preparação prévia e não for mediada por guias, significa muito pouco para os estudantes.

Por outro lado, a convivência com os visitantes do Museu da Baronesa demonstrou ser muito comum as pessoas terem como única experiência de visita ao museu local, aquela realizada com a escola. Os alunos adultos, de escolas noturnas, recebidos semanalmente no museu se emocionavam por estar ali pela primeira vez, os raros que já tinham estado antes em um museu, o fizeram com a escola. Se a escola não vai ao museu pode estar perdida a oportunidade. Poucos são os moradores da cidade que freqüentam os museus por conta própria.

Ir ao museu não é o bastante. É preciso ser capaz de desfrutá-lo. A educação patrimonial pode oferecer instrumentos para decodificação dos patrimônios culturais, entre eles os museus, contribuindo para sua preservação. O desafio é saber como tornar essa, uma experiência freqüente e prazerosa para um maior número de pessoas.

O programa de educação patrimonial: “O legal no Museu é...”

Desde a sua fundação em 1982, o Museu Baronesa² é visitado freqüentemente por escolas. No ano de 2002, o Museu recebeu 5760 alunos de escolas públicas e particulares.

O Museu da Baronesa é um museu municipal e, por isso, está sujeito às discontinuidades que sofrem as instituições públicas, para citar algumas: a alteração nas políticas públicas que lhe dizem respeito; a mudança de gestão a cada troca da administração municipal; a carência de pessoal qualificado e permanente; a ausência de uma memória institucional, pois ela desaparece a cada troca de direção. Ao iniciar a gestão 2001-2004 quando ainda não eram oferecidas visitas monitoradas, a equipe responsável percebeu que, na maioria das visitas com as professoras, as crianças

corriam pelo Museu e terminavam a visita acreditando que aquele era um local para armazenar “curiosidades” e guardar “coisas do tempo antigo”, que nada tinha a ver com sua própria vida e sua história. Diante disso, começamos a pensar em desenvolver um programa especial para as escolas.

Em novembro de 2001, o Museu passou a contar com dez bolsistas do curso de história da UFPEL (Universidade Federal de Pelotas), que, além de trabalhos de pesquisa e conservação do acervo, passaram a mediar as visitas tanto para o público habitual do Museu, quanto para as escolas.

No entanto, apesar dos avanços obtidos com as visitas monitoradas, os alunos continuavam chegando ao Museu com pouco tempo para a visita e na expectativa apenas de uma atividade recreativa. Tanto que a maior parte das visitas continuaram se concentrando no mesmo período, os meses de outubro e novembro: dia da criança e final do ano letivo. Isso impossibilitava um atendimento qualificado.

Foi criado então o NEP - Núcleo de Educação Patrimonial, para elaborar um programa de atendimento às escolas que deveria, ao mesmo tempo, aproveitar o parque como um espaço de lazer e mostrar o Museu como um local que tem história para contar, uma história que diz respeito à cidade e aos seus habitantes e, por isso, importante.

Os objetivos do projeto eram tornar o Museu da Baronesa um espaço de inserção social; utilizar o Museu para promover a reflexão e a produção de conhecimento e desenvolver, nas crianças, o senso de preservação contribuindo para a formação de cidadãos críticos e responsáveis em relação ao patrimônio cultural.

Magali Cabral³ diz que se o patrimônio é terreno em construção, fruto de eleição, campo de combate, espaço de relações humanas, é também “meio de comunicação e campo de educação”, podendo e devendo ser objeto de ações educativas que contribuam para a mudança social por “ensinar a pensar criticamente, fornecendo os instrumentos básicos para o exercício da cidadania”.

Em 2002, realizou-se uma experiência piloto com duas turmas de terceira série de uma escola municipal, num total de sessenta crianças. A experiência desenvolveu-se em duas etapas: na primeira a equipe do Museu da Baronesa visitou a escola, fazendo o primeiro contato com os alunos. Na escola, as crianças assistiram a um teatro de fantoches, com um tema preparado para motivá-las a visitar o Museu e fazer com que encontrassem as razões para conhecê-lo.

A segunda etapa foi a visita da escola ao Museu. As crianças passaram uma tarde inteira no Parque e participaram de diversas atividades. Primeiramente, assistiram a outra peça do teatro de fantoches, dessa vez com uma história que se passava no século XIX, contextualizando o Museu da Baronesa. Depois, aconteceram no Parque duas atividades: oficinas de dança afro e brincadeiras antigas, para proporcionar aos alunos um maior contato com as realidades sociais e culturais do século XIX - a das crianças da elite e a dos escravos. Após o descanso e o lanche, fizeram a visita monitorada ao Museu. O programa terminou com uma oficina de arqueologia e uma brincadeira com argila.

A avaliação da experiência apontou a mudanças na forma como as crianças compreenderam o Museu e um maior aproveitamento da visita, possivelmente com bons resultados educacionais. Algumas falhas foram identificadas, como, por exemplo, o número excessivo de atividades na tarde da visita.

Na seqüência, foi planejado e teve início no ano de 2003, o programa “*O legal no Museu é...*” oferecido para as terceiras séries das escolas municipais que têm no currículo a história de Pelotas.

A nova estrutura do programa envolveu atividades de divulgação, agendamento e a execução propriamente dita. Inicialmente foi enviada uma carta-convite às escolas públicas municipais, oferecendo a possibilidade de participação no programa. Em uma semana as datas do ano foram preenchidas com a inscrição também de turmas de escolas estaduais pois muitos professores trabalham nas duas redes de ensino.

As visitas eram semanais e o roteiro de atividades previsto para cada escola constava de:

-contato com a direção da escola na semana anterior à visita para expor o programa, combinar os detalhes, solicitar à professora que pedisse aos alunos para trazerem, no dia estipulado para a primeira etapa, um objeto que fosse importante para eles.

-primeira etapa (na escola, terça-feira): a equipe do NEP se apresentava às crianças, explicava que aquela era a primeira etapa do programa “O legal no Museu é...” e as crianças trabalhavam, a partir dos objetos que trouxessem, questões como a valorização do patrimônio cultural da comunidade e dos artefatos de um museu. Discutiam quais objetos são passíveis de patrimonialização, quem atribui valor aos objetos etc. Essa conversa tinha como tema central a memória, individual e coletiva. Para finalizar, um teatro de fantoches apresentava a peça “Juquinha vai ao Museu” que tinha por objetivo motivar as crianças e dizer da importância de conhecer o Museu ;

-segunda etapa (no Museu da Baronesa, quinta-feira): as crianças eram recebidas e levadas ao salão para uma conversa inicial. A equipe do NEP fazia a introdução contextualizando o Museu na história de Pelotas, auxiliada por imagens como a fotografia de uma charqueada ou uma gravura representando o trabalho escravo. Na seqüência participaram de uma aula de dança Afro para proporcionava às crianças um maior contato com a cultura negra. A dança era apresentada como um ato de resistência e de celebração da cultura africana. Também eram mostrados os instrumentos musicais de origem africana que são utilizados hoje. Após o descanso e o lanche, as crianças visitavam o Museu acompanhadas por um monitor. No percurso, encontravam dois personagens caracterizados como no século XIX representando as relações e o cotidiano da casa na época. Estes personagens eram, ora um escravo e uma sinhazinha, ora um barão e uma escrava, sempre um personagem de classe abastada e um de classe popular. Após a visita, as crianças desenhavam, em uma grande faixa de papel branco, o

que elas acharam de mais legal na visita ao Museu. Com isso, ficaram registradas e guardadas as impressões mais marcantes para as crianças, isto é, “o que elas acham legal no Museu”. No final todos cantavam uma música, composta pela equipe do NEP, que fala de tudo o que viram.

Como atividades correlatas, os professores recebiam um questionário para avaliação e os alunos levavam para casa um Passe-Pai, que permitia às crianças trazerem, gratuitamente, seus pais ao Museu da Baronesa e mostrarem tudo o que tinham conhecido.

A partir da avaliação do programa de 2003, algumas modificações foram introduzidas para 2004. A principal delas foi realizar, no início de cada semestre, um seminário de formação para os professores das turmas agendadas. Esse seminário visava qualificar o aproveitamento das atividades e contribuir para o ensino de história. O desenrolar das visitas mostrou os bons resultados desses seminários.

O programa foi executado, semanalmente, durante quinze meses. Atendeu 1200 alunos de 46 turmas de terceira série do ensino fundamental das redes municipal e estadual de Pelotas e produziu uma quantidade significativa de material para ser analisado futuramente.

Para nós, o patrimônio não é mais, ou não é apenas, o edifício monumental declarado como tal pelo Estado mas algo como “um conjunto determinado de bens tangíveis, intangíveis e naturais envolvendo saberes e práticas sociais, a que se atribui determinados valores e desejos de transmissão de um tempo para outro ou de uma geração para outra geração.”⁴ Não há exigência de monumentalidade, raridade ou antigüidade. O que diferencia um bem patrimonial de outro não patrimonial é o significado a ele atribuído por um grupo social e o desejo de mantê-lo e transmiti-lo ao longo do tempo.

Maria Célia Moura Santos⁵ diz que aprendemos a partir do que já aprendemos e, por isso, toda a educação tem por suporte o que ela chama de “tradição”, significando “herança cultural construída pelos sujeitos sociais ao longo da vida” que ela considera, ampliando o conceito, patrimônio cultural. De certa forma, para essa autora, toda a educação é educação patrimonial.

Entretanto, ficando com uma definição mais estrita, educação patrimonial é a ação desenvolvida a partir de uma relação direta com o patrimônio, isto é, uma experiência em primeira mão com o objeto patrimonial. As ações sistemáticas de educação patrimonial, diz Maria de Lourdes Horta⁶ tomam, “os objetos e expressões do Patrimônio Cultural como ponto de partida para a atividade pedagógica, observando-os, questionando-os e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos” e acrescenta é “a partir da **experiência** e do **contato direto** com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, que o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um **processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização** de sua **herança cultural**, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.”

Desse modo a educação patrimonial é um processo constante de ensino/aprendizagem que tem por objetivo central e foco de ações o patrimônio. A experiência com o programa “O legal no Museu é...” indica possibilidades e constitui construção de conhecimento nessa área.

¹HORTA, Maria de Lourdes P., GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial. 1999, p.6.

² O Museu Municipal Parque da Baronesa está instalado em uma casa do século XIX, em meio a um parque de 7 hectares, no Bairro Areal.

³ CABRAL, Magali. *Comunicação, educação e patrimônio cultural*. Texto apresentado no Forum Estadual de Museus do RS, Rio Grande, julho/2002. Mimeo

⁴ CHAGAS, Mário. Preservação do Patrimônio Cultural: educação e museu. Texto distribuído nas Oficinas Patrimônio Cultural, Memória Social e Museu. Casa de Rui Barbosa/FCRB/Minc, 2002. Mimeo.

⁵ SANTOS, Maria Célia T. Moura. *Museu e Educação: conceitos e métodos*. Palestra proferido na abertura do Simpósio Internacional “Museu e Educação: conceitos e métodos”, realizado no período de 20 a 25 de agosto de 2001. Mimeo.

⁶ HORTA, Maria de Lourdes. Boletim de Educação Patrimonial Nº 1.
www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2003/ep/index.htm.